Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O escravo no Sertão de Pernambuco (1840-1888)

Emanuele de Maupeou*

Resumo: A questão escrava é mais uma vez revisitada neste estudo pelo enfoque da cultura e do trabalho cativo visando aprofundar o conhecimento sobre à vivência cotidiana. Identificado-se, por conseguinte, com uma historiografia que mostra as dissimilitudes da adaptação escravagista nas diferentes regiões do país, este estudo procura identificar os padrões de uma organização social marcada por ritmos e nuanças próprias. Nesse contexto, o interesse central é contribuír para a compreensão da realidade escravo no Sertão. Hoje a escravidão não é mais considerada como estranha ao modo de vida da região. No entanto, considera-se que a sua adaptação possui características específicas. Tais características referem-se à função social e econômica dos cativos, às relações existentes entre estes e outras parcelas da população e aos hábitos e costumes da população escrava.

Palavras-Chaves: Escravidão – Sertão – Pernambuco.

Résumé: L'esclavage est encore une fois étudié ici par une approche centrée sur la culture et le travail captif visant la compréhension de l'expérience quotidienne. Identifié, donc, avec une historiographie qui montre les dissemblances de l'adaptation esclavagiste dans les différentes régions du pays, cette étude cherche à identifier les normes d'une organisation sociale marquée par des rythmes et des nuances propres. Dans ce contexte, l'intérêt central est de contribuer à la compréhension de la réalité esclave dans le Sertão. Aujourd'hui l'esclavage n'est plus considéré comme étrange à la manière de vie de la région. Néanmoins, il est clair que son adaptation possède des caractéristiques particulières. Telles caractéristiques se rapportent à la fonction sociale et économique des captifs, aux relations existantes entre ceuxci et autres parcelles de la population et aux habitudes de la population esclave.

Mots-clés: Esclavage – Sertão – Pernambuco

O Brasil do século XIX formou-se, enquanto sociedade, baseado na instituição escravista, entretanto o padrão adotado não foi uniforme, mas sim arquitetado de maneira bastante diferenciada nas diversas realidades possíveis em um país de grandes dimensões, como é o Brasil. Esta extensão, aparentemente apenas espacial, gerava realidades bastante distintas no interior da sociedade escravista e eram provocadas por um conjunto de fatores, os mais diferenciados e díspares possíveis. Tais distinções eram influenciadas por condições desde físicas, tais como o clima, o relevo, a localização geográfica; até as econômicas e políticas que indicam o destaque e o alcance, dentro do Império, da atividade produtiva e, conseqüentemente, do trabalho desenvolvido nas diversas regiões do Brasil. Além disso, os fenômenos culturais e sociais, como a própria estruturação da sociedade em meios que poderiam ser urbanos ou rurais, e todas as implicações provocadas por tais circunstâncias no

^{*} Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE / Toulouse Le Mirail 2. Apoio CNPq.

modo de viver das pessoas geravam uma acomodação da sociedade escravista às possibilidades locais. Finalmente, nesta pluralidade de fatores que juntos compõe as realidades do Brasil Imperial do século XIX, está o indivíduo que existe "adaptado" ao seu tempo, mas que apesar disso e por isso também constrói sua vida de maneiras múltiplas, visto que múltiplos são os indivíduos. E é no conjunto destes indivíduos, ao mesmo tempo particulares e genéricos, que se constrói uma sociedade. (HELLER, 1992).

Dentro deste emaranhado de realidades compostas ao longo do período Imperial no Brasil, a instituição escravista apareceu muitas vezes como denominador comum, mesmo que se transfigurasse de maneiras distintas no vasto território. Enxergar a pluralidade de experiências históricas, não significa identificá-la enquanto fenômenos de desintegração, de desordem ou de anomia, mas aceitar a "possibilidade de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que coexistem entre si mas não têm uma necessária coerência." (DIAS, 2001: 59).

Essas novas perspectivas permitiram à historiografia da escravidão uma abertura para inúmeras abordagens. Tal multiplicidade de olhares do historiador desenvolveu-se principalmente a partir da década de 80, quando as pesquisas passaram a mostrar os diferentes ritmos e as defasagens dos processos históricos em diversas regiões ou até em diferentes setores de uma mesma sociedade. Assim, há uma fragmentação da realidade que passa a ser estudada em vários níveis de análise. Hoje, a escravidão constitui-se como um dos grandes temas (se não o maior) da historiografia nacional tanto pela fartura de trabalhos, quanto pela variedade das abordagens propostas.

Outros pontos de vista, além daqueles puramente econômicos, tornaram-se interesse do historiador. A escravidão urbana, o mercado interno, as estratégias de resistência, a família escrava, o sentido social do crime entre os negros escravizados, o espaço das mulheres cativas, os caminhos para a liberdade e o tráfico tornaram-se temas de interesse dos historiadores de diversas regiões do Brasil. Além disso, tais temas passaram a ser trabalhados buscando-se reconstruir as relações sociais e a vida cultural nas sociedades abordadas. Estas novas perspectivas históricas só se tornaram possíveis a partir da incorporação de novos tipos de fonte, como inventários, testamentos, carta de alforria, processos criminais e ações de liberdade. Vale lembrar que todos estes trabalhos recentes também passaram a enxergar os grupos subalternos como sujeitos dos seus destinos, capazes de resistir, transgredir e negociar condições e não mais como apenas vítimas passivas da opressão dos dominantes.

Por isso, nos últimos anos, vem sendo resgatada a presença escrava em sociedades e/ou estratos sociais não ligados à produção exportadora. Assim, cresce o número de estudos

sobre a utilização de escravos nos meios urbanos e em regiões voltadas para o abastecimento do mercado interno. E passam a existir trabalhos que abordam o modelo escravista para além da associação com a grande exploração e a economia exportadora. Enquanto isso os elementos forros e livres pobres também são inseridos juntamente com os escravos nas análises realizadas. Agora, a historiografia passa a deslindar o sentido particular da escravidão através de visões minuciosas e historicamente localizadas. Visto que,

embora única, a condição escrava revestiu-se de múltiplas formas. (...) o emprego dos trabalhadores cativos subordinou-se às exigências de cada um dos setores econômicos nos quais se envolveu, e estes, por sua vez, sem alterar o sentido básico da escravidão, modificaram-lhe a fisionomia, diversificaram os padrões de trabalho e as condições de vida propiciadas aos escravos e conferiram equilíbrios diferenciados às relações mantidas entre senhores e escravos." (WISSENBACH, 1998: 61).

A partir de um vasto universo de possibilidades historiográficas sobre a escravidão, este estudo se propõe a deslindá-la numa sociedade rural, longe dos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, do litoral. Enxergando o Brasil do século XIX como uma grande sociedade escravista, mas bastante heterogênea na sua maneira de vivê-la, busca-se a compreensão da existência escrava no Sertão. Ou seja, este trabalho insere-se entre aqueles que buscam identificar as características próprias e a adaptação da instituição escravidão em realidades não voltadas para o mercado externo.

Dentro desta perspective é que analisa-se à escravidão no Sertão de Pernambuco. É obvio que uma delimitação temporal e física torna-se imprescindível a qualquer estudo histórico. Deste modo, o corte cronológico proposto deu-se entre as décadas de 40 e 80 do século XIX, em uma sub-região do Médio São Francisco, em parte do Sertão Pernambucano, onde se localizam, entre outros, os municípios de Floresta e Tacaratu. A delimitação cronológica destaca-se por abranger um momento de transição do trabalho escravo para o livre em todo o Império, mas particularmente no Nordeste que vivia um período de crise geral, principalmente a partir da expansão do café no Sudeste. Particularmente, nas regiões voltadas à pecuária e ao cultivo de algodão esta crise parecia ainda maior. Isto pois, se por um lado o algodão do Brasil perdeu seus mercados para os Estados Unidos (mesmo tendo voltado como surto durante a Guerra de Secessão americana, nos anos 1860), por outro os criadores

viam no tráfico interprovincial¹ de escravos para a região cafeeira uma fonte de renda mais lucrativa do que a utilização dessa mão-de-obra na atividade pecuarista. A própria estruturação econômica e social da vida no Sertão ainda impunha mais barreiras à presença cativa. A distância dos grandes centros, a aridez do clima e do solo, a ausência de dinheiro em espécie, entre outros dificuldades, impunham um ritmo de vida aparentemente contrário à escravidão. Além de todas essas condições locais adversas à presença escrava no Sertão, o fim do tráfico em 1850, o movimento abolicionista e leis como a do Ventre Livre em 1872, só funcionavam como incentivos a mais para a ausência de cativos no Sertão. Todavia, mesmo com todos estes entraves, a documentação indica a presença escrava, tanto de homens, quanto de mulheres, durante todo o período em questão. E é exatamente estes escravos que permaneceram durante todo o ocaso do sistema escravista que se tornou o foco deste estudo, não enquanto mão-de-obra, mas enquanto vidas no Sertão.

A vida rural, seus ritmos e nuanças, acaba por indicar um estilo de vida próprio, com cotidiano que perpassa pelo contato com a lavoura e a criação de animais, suas técnicas e ciclos. Além disso, na realidade do campo, os indivíduos, tanto ricos quanto pobres, livres e escravos, homens e mulheres, convivem e se conhecem, as relações são baseadas fundamentalmente na família e é a partir dela que a sociedade se estrutura, inclusive enquanto sistema de dominação e poder. Todavia, nunca é demais salientar que o mundo rural evocado é aquele que foge à dicotomia latifúndio e monocultura e por isso mesmo possui uma estrutura demográfica que escapa a esta sociedade. Comparativamente é um meio que se caracteriza por um menor número de habitantes de maneira geral, e particularmente de escravos, além da própria distribuição espacial desta população ocorrer de maneira bastante pulverizada.

Partindo desta afirmativa, a parcela da população em foco é formada por escravos e escravas que, durante a crise final do sistema escravista, continuava cativa. Mesmo que numericamente inferiores aos livres (e aos escravos de outras regiões do país), estes escravos existiram. Quem eram eles? Em que trabalhavam? Como era o cotidiano destes homens, mulheres e crianças que viviam no Sertão? Qual o espaço social destas pessoas? É essa escravidão *miúda* (mas não desvinculada ideologicamente da sociedade escravista) e seus

¹ Segundo Emília Viotti. "calcula-se que de 7.000 a 10.000 escravos entravam anualmente nas províncias do Centro-Sul vindos de outras partes do país". Além disso, a concentração de escravos no sudeste escravista foi bastante expressiva principalmente na segunda metade do século XIX, visto que "às vésperas da Abolição, em 1887, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – que sessenta anos antes detinham 34% da população escrava do País – registrava 66%. Enquanto províncias do Nordeste, que detinham 54% na época da Independência, registravam pouco mais de 23% às vésperas da Abolição. COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. São Paulo: Globo, 1982. Coleção História Popular, n°10. Coordenação Jayme Pinsky. p. 33.

personagens, o tema central deste trabalho. É importante ressaltar o embasamento teórico que a passagem do estudo de uma história social ligada às estruturas à uma história social ligada ao indivíduo enquanto ator social, tornou-se imprescindível aqui. Por mais que estes diversos atores não existam desassociados um dos outros, é a partir da ótica da população cativa que se propõe esta abordagem.

Tal proposta insere-se no paradigma da história "vista de baixo", que, por sua vez, instala no centro das preocupações do historiador as massas anônimas e suas experiências no passada, a partir dos questionamentos do historiador no presente. Desde seu surgimento, até a atualidade, esta possibilidade histórica ampliou-se, tornando-se um campo fecundo e com vasta diversidade temática; inclusive no Brasil, onde as populações escravas traduziram-se em um dos seus alvos preferidos. A micro-análise insere-se dentro desta perspectiva e, propondo uma redução da escala como procedimento de análise, provou como uma documentação escassa, dispersa e obscura pode ter bom uso e como pesquisas podem ser localizadas e particularizadas, mas construídas a partir de preocupações compartilhadas. O historiador que pretende uma história "vista de baixo" deve então estar atento às realidades da vida cotidiana, tentando compreender pessoas culturalmente diferentes e que existiram numa época distinta da sua e todas as implicações impostas por esta. Deste modo, compor o contexto acaba funcionando como uma boa maneira de se alcançar a história vista por este prisma. (BOUTIER e JULIA, 1998).

Para tanto, torna-se necessário inserir este escravo em questão no tempo e no espaço. Tendo como recorte espacial a Região do Médio São Francisco do Sertão pernambucano, entende-se esta região à partir da sua configuração geografica. Ou seja, enquanto território que se encontra na margem esquerda deste rio e representa a paisagem típica do semi-árido nordestino. Percebe-se que, no sentido amplo, esta pesquisa pretende determinar qual a experiência de ser escravo no Sertão de Pernambuco e, para tanto, esta pesquisa se propõe a utilizar dois tipos de fontes, tanto cartoriais, quanto impressas.

A vida rural no Sertão do século XIX caracterizava-se pela distribuição da população em fazendas distantes entre si e a cidade funcionava mais como local de encontro, ou como uma grande feira, do que como espaço essencialmente de moradia. O mundo rural implica uma população dispersa e uma taxa de urbanização pequena. Inclusive, com relação à distribuição da população, os herdeiros das grandes fazendas de gado habitavam lado a lado na grande propriedade, como uma estratégia contra a fragmentação do latifúndio. Ou seja, vários proprietários conviviam na mesma fazenda, com suas famílias e escravos. Tal fazenda funcionava praticamente como uma propriedade auto-suficiente, com suas casas de farinha,

currais e teares (Burlamaqui, 2005). Além do gado bovino criado solto, havia a criação de outros animais, como cabras e cavalos. Com relação à agricultura, existia, além do algodão, roças de subsistência voltadas para a alimentação. Ainda sobre a população local, é importante ressaltar a forte presença de população indígena, dentre as quais podemos destacar os índios Pankararus, Kambiwá e Tikum (todos até hojé localizados na região).

Na fase atual da pesquisa, foram analisados 164 inventários *post-mortem* dos diversos municípios do Médio São Francisco, onde se percebeu que não há uma grande soma de bens declarados em jóias, dinheiro ou metais, mesmo entre os mais ricos. Inclusive os bens como casas, instalações (currais) e equipamentos de trabalho são bastante limitados. Neste contexto, percebemos o quanto representava a posse de um escravo; em grande parte dos documentos trabalhados, o valor dos bens em escravos correspondia a uma parcela significativa do valor total dos bens declarados. Inclusive, muitas vezes, a renda acabava sendo capitalizada em escravos.

No que diz respeito a informações mais específicas sobre os cativos, foram identificados 702 escravos diferenciados por nome, idade, valor, sexo e etnia (declarados como crioulo, nação angola, cabra, mulato, preto, pardo, caboclo ou fula). Em parte da documentação, também consta a ocupação dos cativos: agricultor, serviços internos e domésticos, fiadeira, vaqueiro e curtidor de couro. Além disso, constatamos que entre a população cativa havia um certo equilíbrio entre homens e mulheres, inclusive a quantidade de mulheres escravas é superior entre os proprietários de pequenas e médias propriedades (dos 702 escravos identificados, 320 eram do sexo masculino e 382 do sexo feminino²). A média de posse do cativo também era relativamente baixa. É comum a posse de apenas um escravo (sobretudo com relação a mulheres cativas), enquanto que a condição de grande proprietário de escravos era para poucos (como o Tenente Coronel José Francisco de Novais³ que faleceu em 1850 na vila de Floresta, deixando um total de 27 escravos, além de mais 06 cativos declarados no dote dos filhos, somando um total de 33 escravos).

Ha uma gama de atividades desenvolvidas pelos cativos, pois eles aparecem muitas vezes como mão-de-obra amoldável às demandas do cotidiano, ou seja, dependendo das necessidades momentâneas e dos ciclos de produção, o escravo era utilizado nas mais diversas atividades. Além disso, a posse de um escravo era freqüentemente dividida por mais de um

² Tal distribuição demográfica pode ter sido influenciada pelas demandas do tráfico interno que exigia escravos adultos e do sexo masculino.

³ Processo de inventário de José Francisco de Novais, 1850. Microfilme localizado Laboratório de pesquisa história da UFPE.

proprietário, fruto de herança (escravos em condômino), o que o obrigava o cativo a desdobra-se entre as várias atividades impostas pelos diferentes senhores. Por outro lado, a presença de escravos especialistas também se constituía numa realidade. Por tudo isso, o tempo de trabalho esteve atrelado a várias condições: o estado físico e a idade do cativo, as necessidade dos diversos processos de produção, as demandas do mercado, as imposições sociais e as vontades do senhor.

Assim como todo e qualquer indivíduo, o escravo não existio fora das relações que possui com os outros escravos e com os demais grupos sociais que existem no interior da sociedade em que ele se insere. Entre as possibilidades de fuga, de libertação, de conquista de um espaço de negociação, contrapondo-se aos riscos de ser vendido para outra província, de ser castigado ou separado dos seus parentes, como o escravo se relacionava com os livres ricos e pobres, libertos e índios? Isto pois, compreende-se que, antes de tudo, a noção de liberdade do escravo se construía na sua relação com o outro.

As informações obtidas até o momento indicam algumas conclusões preliminares. Assim, o empobrecimento da sociedade do Sertão do Médio São Francisco na segunda metade do século XIX não parece refletir em um afrochamento das relações entre senhores e escravos. Em primeiro lugar, a posse em condômino de um mesmo cativo, assim como a baixa quantidade de cativos por proprietários, multiplicava o número de senhores e de trabalho de um só escravo. Do mesmo modo, a proximidade entre proprietarios e cativos, que muitas vezes dividiam o mesmo espaço de moradia e de trabalho, permitia um maior controle do senhores. Em terceiro lugar, o empobrecimento da população livre, somado a forte missigenação da população, tanto livre quanto escrava, implicava numa maior necessidade do proprietario de se firmar enquanto branco, proprietario de terra e de escravo. Tais circunstâncias parecem se refletir num apego à escravidão da sociedade do Sertão do Médio São Francisco durante à segunda metade do século XIX.

Referências Bibliográficas

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados Recompostos – Campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

BRANDÃO, Tanya M. P. **O Escravo na Formação Social do Piauí**. Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Ed. Gráfica da UFPI, 1999.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

BURLAMAQUI, Maria Ferreira. **Trajetórias e práticas de sociabilidade na apropriação de terras: Floresta e Tacaratu entre as décadas de 1840-1880.** Dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em História da UFPE. Recife, 2005.

COSTA, Emília Viotti. **A Abolição**. São Paulo: Globo, 1982. Coleção História Popular, n°10. Coordenação Jayme Pinsky.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos – Demografia, trabalho e relações sociais.** *Piauí 1826-1888*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

______, Miridan Knox. *Mulheres do Sertão Nordestino*. In **História das Mulheres no Brasil.**Mary Del Priori (org.). São Paulo: Contexto e Fundação UNESP, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar (org). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII. Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Editora UnB, 2004.

PRIORI, Mary Del e VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro 2006.

Mattoso, K. **Mémoires et identité au Brésil**. Centre d'étude sur le Brésil. Paris, L'Harmattan, 1996.

RÉIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SLENES, R. W. Os Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. São Paulo: **Revista de Estudos Econômicos**. V. 18, nº 3 (set/dez), 1988.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos Africanos, Vivências Ladinas. Escravos e forros em São Paulo (17850-1880). São Paulo: Editora Hucitec, USP, 1998.